



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MILLENA LUZIA CARVALHO DO CARMO

OS MUROS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

JOÃO PESSOA

2022

MILLENA LUZIA CARVALHO DO CARMO

OS MUROS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB - Biblioteca Setorial do CCHLA

C287m Carmo, Millena Luzia Carvalho do.
Os muros da representação política brasileira /
Millena Luzia Carvalho do Carmo. - João Pessoa, 2022.
55 f. : il.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Monografia (Graduação) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes, 2022.

1. Democracia representativa. 2. Representação
política. 3. História do tempo presente. 4. Inscrições
políticas. I. Santos Neto, Martinho Guedes dos. II.
Título.

UFPB/CCHLA CDU 321.7

MILLENA LUZIA CARVALHO DO CARMO

OS MUROS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Monografia de graduação apresentada ao Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Licenciatura em História.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

João Pessoa, _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto (orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Ma. Ana Edite Ribeiro Montoia (examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (examinador)
Universidade Federal da Paraíba

DEDICATÓRIA

Aos que escolheram participar um pouco mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu irmão pelo apoio durante todos esses anos. Ele, que me ensina tanto todos os dias, aguentou de perto todos os aperreios e as dificuldades, sem deixar faltar por um segundo parceria e cumplicidade. Às mulheres da minha vida – mainha e voinha –, que me incentivam a continuar estudando e acreditando no poder emancipatório da educação, agradeço pela vida. Esse afeto e cuidado que, graças a vocês, sempre me cercaram, ensinaram-me a acreditar que devo passar pelo mundo com bondade e generosidade.

Agradeço às pessoas que estão presentes no meu cotidiano para muito além da graduação ou muito antes dela: à Gabi e Ícaro, registro aqui todo o meu amor e gratidão pela presença de vocês na minha vida. À Bia, agradeço por ter chegado, estava esperando você.

Durante o curso também tive o prazer de construir amizades muito importantes, que ultrapassaram os muros da universidade, então não poderia deixar de agradecer à Lary e Jordana, por todas as trocas, trabalhos, conversas e risadas.

Agradeço a todas/os as/os professoras/es do Departamento de História, da UFPB, pelo espaço de aprendizado. Em especial, às professoras Cláudia Cury e Carla Mary, por terem sido as primeiras a me incentivarem quando tive a ideia deste trabalho; ao professor Martinho Guedes, por aceitar me orientar no processo de amadurecimento da pesquisa; à professora Ana Veiga, pela parceria e confiança durante esses anos; e à professora Priscilla Gontijo, por aceitar me orientar durante toda a graduação, acreditando nas minhas ideias e me ajudando nos desafios. Todas/os vocês são inspiração para minha prática docente.

Por fim, agradeço a Hilda, a melhor companheira de leitura que eu poderia ter.

EPÍGRAFE

*Apagaram tudo
Pintaram tudo de cinza
A palavra no muro ficou coberta de tinta*

Gentileza, Marisa Monte

RESUMO

Pretende-se com este trabalho analisar o que teóricos/as políticos/as traçam como base para compreensão dos conceitos de *representação política* e *democracia representativa*, percebendo os seus paradoxos e limites conceituais no contexto político e social brasileiro. Articulado a isso, busca-se reconhecer o espaço urbano, mais especificamente os muros na cidade com *inscrições políticas*, como uma arena de expressões de interesses, insatisfações e conflitos da sociedade civil. Espera-se, então, questionar a construção democrática brasileira – e os seus limites representativos –, situando-a nas exigências e resistências do tempo presente. Para a análise, os eventos selecionados aconteceram entre 2013 e 2018, momento em que gritos como: *Não ao golpe*, *Fora Cunha*, *Fora Temer*, *Lula Ladrão*, *Ele Não*, ocuparam não só as ruas do país, mas também os muros, em um movimento que demonstra a participação política dos/as cidadãos/ãs para além do período eleitoral, possibilitando perceber novos elementos entre a relação sociedade e Estado brasileiros.

Palavras-chave: Democracia Representativa; Representação Política; História do Tempo Presente; Inscrições Políticas.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze what politics theorists draw as basis to comprehension of the *political representation* and *representative democracy* concepts, perceiving their paradoxes and conceptual limits in the brazilian political and social context. In addition to this, it seeks to recognize the urban space, specifically the walls in the city with *political inscriptions*, as an arena of expressions of interests, dissatisfactions and conflicts of the civil society. It is expected, then, to question the brazilian democratic structure - and its representative boundaries - placing it in the demands and resistances of the present time. For the analysis, the events chosen take place between 2013 and 2018, moment when shoutings such as: *Não ao golpe*, *Fora Cunha*, *Fora Temer*, *Lula Ladrão*, *Ele Não*, occupy not only the streets in the country but also the walls, in a movement that demonstrates the political participation of the citizens beyond the electoral period, making it possible to notice new elements in the relationship between the brazilian society and State.

Keywords: Representative Democracy; Political Representation; History of Present Time; Political Inscriptions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Não ao golpe!</i>	30
Figura 2 – <i>Fora Cunha</i>	31
Figura 3 – <i>Fora Temer</i>	32
Figura 4 – <i>Lula inocente Ladrão safado</i>	33
Figura 5 – <i>Eleição sem Lula é fraude!!! Eleição é fraude!!!</i>	33
Figura 6 – <i>Ele não Lula presidente!</i>	35
Figura 7 – <i>Não ao fascismo Ele não</i>	35
Figura 8 – <i>Ele Não</i>	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	14
2. NARRATIVAS RECENTES DA POLÍTICA BRASILEIRA.....	21
3. NARRATIVAS RECENTES DOS MUROS URBANOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE.....	41

INTRODUÇÃO

Ao final da graduação, fui questionada algumas vezes em relação a qual história queria contar neste trabalho final. Apesar de não ter reduzido essa provocação apenas ao processo de construção dessa análise, decidi que escolheria contar uma história que fizesse parte das minhas vivências nesse período e que me inquietasse ao ponto de ultrapassar a formalidade desse papel para questionar, na verdade, qual história nós estamos contando do nosso país?

O objetivo desse trabalho é, ao lado de teóricos/as políticos/as, de análises conjunturais e da paisagem urbana¹, também provocar a História política do nosso país, mais especificamente sobre como se expressam os paradoxos dos conceitos *democracia representativa* e *representação política* nas práticas políticas do Estado brasileiro.

Para melhor delimitar a pesquisa, faremos o movimento de analisar em eventos recentes da história do país as permanências e rupturas de uma tradição política autoritária, na certeza de que serão apenas notas iniciais – tendo em vista a complexidade e abrangência dessa proposta.

Estaremos, assim, pisando no território da História do Tempo Presente², reconhecendo como os seus estudos exigem constantes questionamentos à construção e reconstrução da relação da narrativa histórica e do campo político (LOHN, 2019); com o objetivo de perceber conceitos teorizados e delimitados de maneira enraizada nas discussões políticas, como organismos vivos, organismos esses que precisam continuar a existir sob indagações e contestações.

Pensar a política brasileira, em particular sua estrutura democrática, não é um exercício simples. Isso porque, o modelo de representação política do país não se desenvolve pensando no indivíduo e no povo, mas sim nos estados e nos núcleos de poder aristocrático e oligárquico que os qualificam (HOLLANDA, 2009, p. 19). Desta feita, a massa social é colocada em um lugar de tutela e de domesticação, limitando o campo político para as *almas habilitadas para o governo* (*Ibid.*, p. 155).

O afastamento da sociedade civil do processo de decisões da vida pública desde a Primeira República (1889-1930), tem reflexos até hoje e, apesar de não ser o objeto de análise desse trabalho, precisa ser lembrado para demonstrar a complexidade histórica do tema. Até

¹ Proposta de análise sobre as *inscrições políticas* que utilizam os muros como suporte e expressam valores políticos e sociais através de frases ou palavras de ordem especialmente sobre a conjuntura política do país.

² Campo de estudos históricos que se institucionalizou no início do século XX, buscando analisar os desdobramentos do presente reconhecendo e indagando a provisoriedade dos eventos e conceitos, sem deixar de lado o rigor historiográfico.

porque, pensar representação política passa, inevitavelmente, pelas noções de *participação*, contribuindo para a percepção dos padrões de relacionamento entre sociedade e Estado.

Podemos questionar, portanto, o quanto o governo representativo faz parte da prática política brasileira? E como se dá a participação política dos/as cidadãos/ãs no país? Apesar da dificuldade de destrinchar questões com essa dimensão, é possível ao longo da história nacional encontrar conceitos que ancoram essas dificuldades, como: *patrimonialismo*³ e *paternalismo*⁴. Além, é claro, da histórica desigualdade material e simbólica da sociedade, que vai refletir, também, nos níveis de associação política dos indivíduos (ALMEIDA, 2011).

A centralização das burocracias patrimoniais, a construção de uma “cidadania regulada⁵”, pensada por uma “elite dos mais capazes”, precisa nos fazer indagar sobre os desafios de construir um espaço de representação coeso na sociedade civil, capaz, antes de tudo, de se mobilizar.

O que acontece, muitas vezes, é a produção de um discurso que limita a representação e a democracia ao funcionamento do sistema eleitoral. Constrói-se, assim, “*um hiato entre o que acontece nas eleições e nos quatro anos seguintes de governo, [dificultando] repensar a legitimidade democrática da representação, e [deslocar] o seu foco do momento fundacional para o processo representativo*” (ALMEIDA, 2015, p. 139. Adendo nosso).

Não são os/as eleitores que devem ocupar o centro da representação política de uma sociedade democrática, mas sim os/as cidadãos/ãs (URBINATI, 2006, p. 203), esse pensamento rompe com a ideia de centralidade do ato de autorização ou consentimento político, ampliando a análise para o processo circular entre as instituições estatais e práticas sociais (*Ibid.*, p. 192), pautando-se justamente na autorização como *processo*.

Pensar a possibilidade de inclusão política dos/as cidadãos/ãs no Brasil não passa, então, apenas pela história do sistema eleitoral do país, mas pelas viabilidades de construção de organizações participativas não tuteladas pelo Estado, que garantam espaço para um corpo

³ O uso do termo “*patrimonialismo*” nas ciências sociais tem sua origem nos trabalhos de Max Weber, e foi utilizado para caracterizar uma forma específica de dominação política tradicional, em que a administração pública é exercida como patrimônio privado do chefe político. (...) No seu uso mais recente, o termo “*patrimonialismo*” costuma vir associado a outros como “*clientelismo*” e “*populismo*”, por oposição ao que seriam formas mais modernas, democráticas e racionais da gestão pública, também analisada por Weber em termos do que ele denominou de “*dominação racional-legal*”, típica das democracias ocidentais. (SCHWARTZMAN, 2006, p.1).

⁴ Na linguagem vulgar, *Paternalismo* indica uma política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto, com métodos meramente administrativos. Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos “menores”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 908).

⁵ Conceito discutido pelo sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos em seu livro *Cidadania e justiça* (1979), para pensar a construção de uma cidadania sempre vigiada pelo Estado, associada ao reconhecimento formal do Estado brasileiro à profissão exercida pelo indivíduo.

civil autônomo, plural e presente. É indiscutível que muito se avançou em relação a esse espaço, principalmente nos momentos do país considerados de redemocratização: entre 1945-1964, com o fim do Estado Novo, e a partir de 1985, com o fim da Ditadura Militar, juntamente com a elaboração da Constituição de 1988.

É interessante observar isso, porque podemos trazer outro elemento fundamental para a qualidade democrática de um país: a efetividade das instituições de representação (MOISÉS, 2005). Com a ampliação de espaços de contestação – seja a partir de movimentos sociais, sindicatos, iniciativas de ONGs, mídias independentes, etc. –, é possível acompanhar as ações do Estado, garantindo a sua legitimidade e rompendo com ideia de hiato levantada anteriormente a partir dos debates da cientista política Débora de Almeida.

Dois conceitos chave para a área de políticas públicas são fundamentais para entender os elementos estruturais de uma democracia representativa: *accountability* (Peruzzotti e Smulovitz, 2002) e *responsividade*. O primeiro diz respeito à fiscalização das ações dos representantes, tornando-os responsáveis por elas; enquanto o segundo está relacionado com a correspondência das ações dos representantes com as demandas do corpo civil. Ambos buscam garantir a transparência institucional.

Podemos analisar, assim, como “*manifestações de protesto e ativismo dos indivíduos podem, por exemplo, impulsionar tanto diretamente o Estado, como agências de controle e sociedade organizada de modo a exigir explicações e justificações*” (ALMEIDA, 2011, p. 265). É a partir dessa perspectiva que buscaremos perceber como as inscrições políticas nos muros da cidade podem se encaixar como parte dessas manifestações de protesto, em uma relação paradoxal de tempo e de realidade histórica, uma vez que esses mesmos muros que cobram e responsabilizam, também são apagados e normalizados em meio ao cotidiano.

Entre 2013 e 2018, o Brasil vivenciou uma série de protestos, de diferentes espectros ideológicos. As Jornadas de Junho, em 2013; o Movimento Vem Pra Rua, em 2014; os gritos de Fora Cunha, em 2015; o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e os protestos contra o governo Temer, em 2016; a prisão do ex-presidente Lula e o processo eleitoral, em 2018; esses são exemplos base do fluxo do corpo político e social brasileiro nesses últimos anos.

Podemos pensar como a *erosão da confiança dos cidadãos em relação aos políticos e instituições* pode gerar insatisfações políticas (ALMEIDA, 2015, p. 36). Até porque é, também, durante essas experiências, que a legitimidade governamental se expressa e as palavras de ordem ditas nas ruas e registradas nos muros – *Fora Cunha, Fora Temer, Lula*

Livre, Lula Ladrão, Ele Não – vão fazer parte desse movimento, reforçando práticas democráticas ou não.

O processo de leitura crítica da bibliografia selecionada e de observação das inscrições políticas nos muros urbanos, será fundamental para a articulação com os conflitos, conceituais e práticos, vividos no tempo presente e para compreensão da constante luta de poder na sociedade, que ultrapassa a formalidade política e atinge a histórica capacidade de manifestação humana. A rua, historicamente territorializada pelo *povo*, é ocupada por manifestações públicas de insatisfação e revolta, transformando-se em uma personagem que fala, também, através dos seus muros

Para desenvolver todos os elementos apresentados nessa breve introdução, o trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro, veremos de maneira mais teórica os conceitos de *representação política* e *democracia representativa*, pensando os seus princípios e paradoxos quando vistos sob a perspectiva histórica brasileira. Como já foi possível demonstrar a partir das considerações acima, muitos questionamentos e termos complementares fazem parte dessa análise, tornando mais que necessário delimitar bem a proposta teórica do debate.

No segundo capítulo, analisaremos os dilemas da História do Tempo Presente frente aos fenômenos políticos brasileiros mais recentes (2013-2018) e de participação social, reconhecendo os espaços desiguais de negociação entre a sociedade civil e o Estado. Já com uma base teórica bem estruturada – vista no capítulo anterior –, poderemos provocar ainda mais as reflexões conjunturais desses fenômenos, situando-nos no tempo presente, sem deixar de vista a bagagem política histórica do país.

Por fim, expandiremos mais um pouco a articulação de conceitos e práticas políticas, para perceber como a narrativa histórica proposta até então, pode ser vista através da paisagem urbana com as inscrições políticas nos muros da cidade de João Pessoa (PB), analisando o contexto nacional, visto no segundo capítulo, a partir da história contada pelos muros. Com esse mesmo material, produzimos um apêndice, projeto gráfico com as fotografias selecionadas, para sintetizar as informações e acessar outros espaços de debate. A escolha de recortar essa forma de legitimação política para esse estudo, parte justamente da proximidade que podemos ter com essa fonte histórica tão visível – e ao mesmo tempo invisível – nos espaços que nos cercam.

1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Representação, do latim *repraesentare*, significa “tornar presente ou manifesto; ou apresentar novamente”, o uso da palavra, no latim clássico, vai se referir exclusivamente a objetos inanimados (LAGARDE, 1937 apud PITKIN, 2006)⁶, sem se relacionar com a ideia de pessoas representando outras pessoas, por exemplo. Isso porque, o sentido dessa palavra nem sempre esteve associado a relações políticas, governo ou instituições, a expansão do termo acontecerá no decorrer dos séculos e em línguas diferentes, sendo necessário traçar paralelos entre a *história verbal e social, política e cultural* para melhor compreensão da história do conceito (PITKIN, 2006).

Como esse não é o foco deste trabalho, vamos começar pensando o conceito de representação a partir do século XVII, com a obra de Hobbes, *Leviatã* (HOBBS, 2003), concepção moderna, já relacionada ao processo legal de representação, que estabelece o representante – o soberano – como autorizado a agir por outros. Assim, o indivíduo, antes em Estado de Natureza, entrega-se ao contrato social que ele mesmo é autor e passa a fazer parte do Estado Civil, em que o direito de governar a si mesmo é transferido para uma autoridade que exerce o poder absoluto – o ator. O soberano, que une o direito de toda a multidão, deve agir em nome dela, buscando a sua segurança, isso não significa, porém, que ele sempre age de acordo com a vontade do povo.

Sobre isso, a autora Hanna Pitkin introduz em seu texto *Representação: palavras instituições e ideias*, a polêmica discussão da teoria política sobre *mandato e independência*, que questiona o papel do representante e sua autonomia decisória:

(...) um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor? A discussão nasce do paradoxo inerente ao próprio significado da representação: tornar presente de *alguma forma* o que apesar disso *não* está literalmente presente. Mas, na teoria política, o paradoxo é recoberto por várias preocupações substantivas: a relação entre os representantes na legislatura, o papel dos partidos políticos, a medida em que os interesses locais e parciais se encaixam no bem nacional, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo etc. (PITKIN, 2006, p. 30).

A expansão etimológica do conceito de representação continua acontecendo na teoria política durante as revoluções democráticas do século XVIII e lutas institucionais do século XIX (PITKIN, 2006). Esse processo vai tornar ainda mais presente os paradoxos da representação política que, na concepção de *tornar presente o ausente*, coloca o Estado e a sociedade em camadas diferentes. Além disso, outros elementos, poderes, instituições, passam

⁶ LAGARDE, Georges de. 1937. L'idée de representation. International. *Committee of the Historical Sciences Bulletin* 9 (December): 425-451.

fazer parte da análise, estendendo-se para estruturas sociais e políticas mais complexas, como visto na citação anterior.

Os conflitos e as formulações das teorias de representação fazem parte de um longo debate teórico, que se desenvolve em três perspectivas: jurídica, institucional (que estão interconectadas) e política, elas pressupõem relações específicas entre Estado e sociedade. O pensamento hobbesiano, destacado até agora, se enquadra na teoria jurídica, uma vez que esse *trata a representação como contrato privado, de incumbência ilimitada*, entre um indivíduo e o Estado; ao se articular com a formação das instituições, essa abordagem evolui no final do século XIX e começo do século XX para a teoria institucional⁷ (URBINATI, 2006).

Tanto a teoria jurídica como a teoria institucional da representação assumem que o Estado (e a representação como seu mecanismo produtivo e reprodutivo) deve transcender a sociedade de modo que se assegure o Estado de Direito, e que as pessoas devem encobrir suas identidades sociais e concretas para tornar os mandatários agentes imparciais de decisão. (URBINATI, 2006, p. 200).

A teoria política da representação questiona, justamente, os limites da interação entre o *autor-ator*. O representante age em nome dos interesses dos indivíduos ou de uma nação? Qual é o espaço de participação do representado nesse processo? Essa concepção rompe com o dualismo definido entre sociedade e Estado, abrindo margem para constituição do cidadão político que faz parte do processo deliberativo da vida pública. Nesse sentido, a representação política é vista como um processo, uma atividade dinâmica.

É nesse quadro muito mais amplo de representação e participação que podemos começar a pensar a *democracia representativa*, em que a escolha dos representantes é feita a partir do voto dos cidadãos e cidadãs. Pensar os elementos de uma democracia representativa inclui analisar a complexidade do sistema democrático e do governo representativo, assim como a complexidade da formação e efetivação do sistema eleitoral. Porém, se reduzirmos a democracia apenas ao processo de escolher os representantes políticos, caímos nos mesmos paradoxos do significado de representação, pressupondo sempre uma entrega de direitos e consentimento político. Precisamos, portanto, analisar o sistema representativo para além dos seus problemas operacionais, presentes na visão liberal da democracia representativa que despolitiza o Estado, e conseguir associá-lo às demandas ligadas às instituições políticas e ao corpo social.

⁷ É importante situar que essa análise parte da observação de “como o governo representativo funcionou ao longo de seus duzentos anos de história, do parlamentarismo liberal dos primórdios até sua crise e, finalmente, sua transformação democrática, após a Segunda Guerra Mundial.” (URBINATI, 2006, p. 196).

Uma teoria da democracia representativa envolve uma revisão da concepção moderna de soberania popular que conteste o monopólio da vontade na definição e na prática da liberdade política. Ela marca o fim da política do sim ou não e o início da política como uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo. (URBINATI, 2006, p. 193).

A noção de *soberania popular* da qual se refere Urbinati é a proposta por Rousseau (2015), que afirmava que cada cidadão detinha parte da soberania política, sendo responsável por fazer parte de todo o processo de representação. Para ele, o indivíduo só é livre quando obedece às leis que ele mesmo consente, é dessa forma que ele obedece a sua própria vontade e não a entrega a uma autoridade política absoluta.

É claro que essa é apenas uma maneira sintética de explicar o pensamento rousseauiano – tendo em vista que os seus conceitos mais complexos são os de *soberania popular*, *vontade geral* e *liberdade política* –, mas é uma tentativa de demonstrar que essa concepção está ligada principalmente ao jurídico e a uma relação dual, que pensa o papel do indivíduo separado ao do cidadão. A revisão dessa concepção busca, justamente, ampliar a arena participativa, questionando os espaços possíveis de legitimação política, para além da figura centrada do Estado.

Vale destacar também que como *representação* e *democracia* não são sinônimos, sendo possível que a representação seja ou não construída de maneira democrática (ALMEIDA, 2011), é necessário refletir os limites, principalmente práticos, desses conceitos no núcleo social, revisitando o estudo da teórica política Nadia Urbinati, quando levanta o questionamento: “o que torna a representação democrática?”⁸.

A democracia representativa, pressupõe a participação eleitoral e, para além dela, a legitimação do governo pela soberania popular. Porém, é evidente que representar algo significa, também, uma escolha, uma perspectiva e, portanto, a exclusão de algo. Dessa forma, os elementos da representação, que estão intrinsecamente ligados à democracia, existem em um espaço de confronto. Esse confronto é fundamental, porém, precisa ser observado dentro de uma lógica regular de acesso aos espaços de poder, seja para deliberação, seja para protestar nos espaços públicos.

Designar representantes políticos não é a única forma de participar da vida pública, as manifestações da sociedade civil, pós-período eleitoral, controlam o poder público e as suas burocracias (ALMEIDA, 2015), permitindo, também, autorizar ou desautorizar ações do governo, através de espaços de contestação. Desse modo, a noção de legitimidade faz parte do

⁸ Trabalho apresentado pela autora no Encontro Anual da American Political Science Association (Apsa), Washington (EUA), em setembro de 2005.

consentimento durante o processo de representação. Os conceitos de *accountability* e *responsividade* ajudam a entender o que se espera da administração pública legítima.

(...) apesar de muito próximos, *accountability* e *responsividade* são conceitos distintos. O primeiro está relacionado com a capacidade de um representante prestar contas, no sentido de justificar suas ações e não apenas informar sobre elas, e o segundo refere-se à sensibilidade dos representantes à vontade dos representados. Não obstante esta diferença, a análise que se segue nem sempre faz uma distinção muito clara, tendo em vista a compreensão da representação como relacionamento. A justificação pública e a prestação de contas são mecanismos essenciais para a construção de políticas responsivas aos interesses da coletividade, embora nem sempre caminhem juntas. (ALMEIDA, 2015, p. 248).

Dessa forma, a noção de espaço político, ou seja, o estabelecimento das áreas de conflito dos sistemas no decorrer da história, vai se construindo de maneira orgânica a partir dos interesses das diferentes esferas da sociedade e as suas relações. A dimensão social se torna cada vez mais um divisor de águas na compreensão da razão política, já que estabelece novas fronteiras entre o coletivo e individual. A organização política e a estruturação do pensamento político estão em constante mudança. Isso faz com que a humanidade crie, também, novas percepções sobre o espaço que deve ocupar na sociedade e a sua função nela. Certamente, essas noções não são construídas da noite para o dia, e nem mudam drasticamente de geração em geração, elas fazem parte de um processo que precisa estar sendo sempre questionado.

Os limites e transbordamentos dos conceitos de representação e democracia representativa vão se estabelecer dentro de parâmetros políticos – não apenas teóricos, mas também, práticos da sociedade que é foco de análise. Isso implica dizer que contexto, temporalidade, local e outros recortes, devem ser levados em conta para o uso e articulação dos conceitos. Uma das funções primordiais de uma base teórica bem estabelecida é possibilitar justamente esses trânsitos de análise. Isto posto, voltaremos os nossos olhos para a sociedade brasileira, reconhecendo que pensar representação política e democracia representativa no Brasil, exige compreender não só o pensamento central de *direito* e *consentimento* do pensamento moderno hobbesiano ou a existência de um sistema eleitoral, mas também os processos de construção das noções do *fazer político* no próprio país.

Um dos fragmentos políticos possíveis de ser analisado, tendo em vista as incipientes reflexões da temática a partir de uma perspectiva histórica, é em relação aos fundamentos da representação política contemporânea, mais especificamente no contexto brasileiro. Como a relação entre representado e representante se constitui em um país com forte tradição oligárquica como o Brasil? Qual o espaço da sociedade civil dentro dos processos de

decisões? Quais os limites dessa relação tão associada ao processo eleitoral? Como os espaços de poder são legitimados no decorrer dos anos? Quem os ocupa?

A construção do *Estado* brasileiro não se deu ao mesmo passo da construção da *cidadania* brasileira. Isso significa que as estruturas burocráticas da vida política do país, não foram elaboradas por e para o amplo núcleo social que a integra. Fazemos parte de uma democracia que nasceu de vínculos clientelistas e paternalistas de períodos autoritários, fabricando espaços limitados para a defesa de uma negociação entre iguais na relação representante e representado.

Durante a Primeira República (1889-1930) – também conhecida como República Velha ou República das Oligarquias –, observamos, através da composição dos sistemas eleitorais⁹, possibilidades de participação política dos sujeitos a partir da discussão do voto, como componente elementar para um governo representativo. Notemos aqui, que estamos pensando, primeiro, na composição básica de uma democracia, o exercício eleitoral, no processo de escolha dos representantes.

A Lei Saraiva¹⁰, Decreto nº 3 029, de 9 de janeiro de 1881, ainda instituída durante o Império, foi um avanço no período ao introduzir o voto direto, mas a exclusão de analfabetos¹¹, manteve os baixos índices de participação eleitoral também durante a Primeira República. O povo não ocupava os sistemas legais para defesa dos seus interesses e respondiam ao poder das elites, dos proprietários, dos eleitos, já presentes nos espaços burocratizados.

Não havia, certamente, interesse em alterar essa estrutura que concentra o poder nas mãos de poucos, que se estabeleciam nesse sistema respaldados pelo movimento de aristocratização da política (HOLLANDA, 2009), enxergando as massas sociais como amorfos para responderem à ordem política.

Porém, como temos visto até então, é a partir da participação, também, que os governos são legitimados. Para além do período eleitoral, os/as cidadãos/ãs devem se manifestar diante das decisões políticas tomadas durante toda a vigência do governo dos eleitos. Como afirma a autora Debora Rezende de Almeida:

(...) a legitimidade não está mais posta no momento fundacional do poder - o voto -, mas no processo de deliberação democrática que deve ocorrer frequentemente entre

⁹ Processos que, na prática, sustentavam as práticas oligárquicas do país e regulava o voto – através do voto de cabresto – do contingente dos potenciais eleitores pós-abolição da escravidão.

¹⁰ Saber mais em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva> Acessado em 19 de mai. de 2022.

¹¹ Esse cenário não vai mudar em Códigos Eleitorais subsequentes, é apenas com a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985 e com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, que o direito de voto dos analfabetos é garantido.

representantes e representados, os quais estão situados em diferentes espaços formais e informais, dentro e fora do sistema político, e podem se relacionar sistematicamente ao longo do tempo e do espaço. (ALMEIDA, 2015, p. 139).

Assim, o período eleitoral deve ser analisado como parte de um processo representativo muito mais amplo, que exige da sociedade civil articulação e organização já que, como citado anteriormente, a tradição política do país é construída pelos mesmos grupos de poder que desintegram a “voz popular” nos espaços políticos de decisão. São as elites políticas e o autoritarismo brasileiro que reproduzem a mesma lógica de marginalização de qualquer discurso que integre ou questione as estruturas já estabelecidas.

Com isso, um outro fator importante para garantia da participação da vida política é a possibilidade dos/as cidadãos/ãs se associarem, sem tutela do Estado. Em março de 1931, o Decreto nº 19.770, dá início ao que, em 1943, será estruturado como a Consolidação das Leis Trabalhistas, a CLT. O decreto citado, ficou conhecido como Lei de Sindicalização¹² e buscava romper com a pluralidade sindical, direcionando ao Ministério do Trabalho a função de supervisionar a vida política dentro dos sindicatos. No decorrer da década de 1930, o governo conviveu com as resistências que defendiam a liberdade do movimento sindical e com o núcleo empresarial temeroso com as intervenções do Estado nas relações trabalhistas.

Como o Estado brasileiro canalizou a participação política para as instituições estatais, isso gerou um espaço de controle e ordem – que se reflete nas associações sociais até os dias de hoje. É difícil, dessa maneira, pensar a sociedade civil, seja na esfera trabalhista ou em qualquer outra, como um corpo independente. Quando analisamos os períodos de redemocratização – pós-Estado Novo (1937-1945) e pós-Ditadura Militar (1964-1985) – percebemos algumas alterações nessa questão.

O Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, que ficou conhecido como Lei Agamenon Magalhães, reestabeleceu o Código Eleitoral do país, possibilitando a volta das eleições após o período do Estado Novo varguista e a estruturação de novas agremiações a partir de partidos nacionais. Apesar do acesso ao poder já estar centrado nas oligarquias dos estados, a associação e a dinâmica dos partidos políticos e da sociedade passou a existir sob uma nova lógica institucionalizada.

Um outro momento em que é possível perceber alterações no sentido da ordem social e política, é após a Ditadura Militar que, como observa Almeida,

O conceito de sociedade civil, nesta época, foi definitivamente introduzido no vocabulário político e associado à ideia de mobilização contra o regime militar, para

¹² Saber mais em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> Acessado em 19 de mai. de 2022.

alterar o status quo no plano estatal e lutar por um refine democrático que visasse políticas públicas que atendessem a grande maioria da população. (ALMEIDA, 2015, p. 244).

Os arranjos políticos após a Ditadura Militar e para a elaboração da Constituição de 1988, possibilitaram uma nova experiência na relação sociedade e Estado brasileiros. Isso porque, o processo de elaboração incluiu espaços deliberativos para núcleos sociais historicamente marginalizados dentro dos espaços políticos formais. A interação Estado e sociedade civil organizada precisa acontecer, também, através da *cooperação entre burocracia pública e organizações não governamentais*. É importante destacar essas janelas de participação do processo decisório, porque, em sociedades com desigualdades sociais como o Brasil, é insuficiente pensar a ocupação formal dos espaços deliberativos como principal meio de fazer parte da vida política da nação (YOUNG, 2001).

Quanto mais os espaços de negociação da sociedade forem diversificados, com maiores possibilidades de participação de diferentes atores e núcleos sociais, mais a arena de governabilidade do país se expande. Isso garante um governo representativo ou os princípios democráticos plenos? Não. Mas abre margem para questionar as mudanças necessárias para a concretização desses ideais na prática política.

2. NARRATIVAS RECENTES DA POLÍTICA BRASILEIRA

Como situado na introdução, neste capítulo, analisaremos eventos políticos recentes na história do Brasil, buscando atribuir às expressões de poder dos fenômenos selecionados a densidade analítica necessária, dando espaço para manifestação dos fragmentos sociais e políticos, desenvolvidos em um tempo que ainda está sendo assimilado. Não é possível adentrar nesse ponto, porém, sem antes tecer alguns comentários sobre o campo de estudo em que esse trabalho se localiza: o da História do Tempo Presente.

Quando o trabalho do/a historiador/a começa? Os desafios metodológicos para se estudar o tempo presente giram em torno tanto da demasiada aproximação do/a pesquisador/a ao seu objeto quanto da incompletude dos eventos vividos. Mas são nesses conflitos que o/a historiador/a do tempo presente se cria, forçando-o/a a rever perspectivas e reexaminar as significações do passado. Isso implica em constantes revisões e correções da análise histórica específica do seu trabalho.

O tempo acelerado que vivemos, mediante os avanços tecnológicos, também influenciam na relação do trabalho histórico com o presente. Os registros, o acesso às informações, os questionamentos formulados pelos sujeitos, são fatores que devem ser levados em consideração ao pensar o espaço do rigor histórico nos estudos do tempo presente. A memória, que se constrói também no hoje, está em constante disputa e essa disputa não acontece apenas para interferir nos acontecimentos que já se sucederam, mas no que será salvo, arquivado, selecionado agora.

Nesse campo social e político em disputa, *“a profusão de fontes agrega-se a possibilidade que tem o historiador de produzir, ele mesmo, fontes documentais para investigações”* (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 28), exigindo não só mais atenção aos discursos e produções ainda pouco assimiladas pela sociedade e, consequentemente por ele/a, mas também com a relação historiográfica que será traçada, com os questionamentos que se escolherá trazer à luz.

Pensar a política do tempo presente é um elemento inevitável nas produções, mas o sentido, os conceitos e análises desenvolvidas sob uma base teórica muito mais complexa e debatida, precisam estar localizadas na sua temporalidade, absorvendo as mudanças e práticas do social, cultural que estão em perspectiva. Esse político, hoje, *“não se reduz ao Estado, [considera] uma construção histórica referida tanto a espaços discursivos quanto a práticas e experiências elaboradas nas interações sociais, ou seja, nas sociabilidades”* (LOHN, 2019, p. 14. Adendo nosso).

A dimensão pública da memória (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 27), organismo vivo, revive no indivíduo experiências coletivas que o compreendem como parte do corpo social. A partir dessa ideia, podemos pensar a *cidadania* como um conceito chave para elaboração da substância social construída pela memória. A elaboração dos “direitos e deveres” do campo social, irão se expressar, também, de acordo com a significação dada a uma época em relação às noções de participação e representação. Dessa forma, a cidadania se constrói no tempo em conflito, já que ela é *poder*.

A dinâmica autoritária do Brasil impõe, por toda a sua história, limites na construção da cidadania – política e civil – no país. Podemos destacar dois fatores já muito debatidos por historiadores políticos brasileiros, mas que estabelecem as bases da construção do Estado nacional: o primeiro refere-se ao *patrimonialismo*, que consiste na indeterminação entre as fronteiras do público e do privado; o segundo diz respeito ao *paternalismo*, que concentra poder no Estado e o personifica, gerando também fragilidades institucionais. No cuidado de não cometer anacronismos, esses conceitos, aplicados em uma temporalidade específica da história do país¹³, hoje são percebidos em práticas políticas como continuidade de um pensamento exclusivista.

Um conceito interessante trabalhado pelo cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, relaciona a cidadania ao reconhecimento das profissões pelo Estado, entre 1930 e 1980, assim, ela é garantida sob um controle estatal intenso na esfera de produção e na questão social. Conceito chamado de: *cidadania regulada*. Esse processo de estratificação ocupacional, define como *cidadãos* os que fazem parte de categorias estabelecidas – e controladas – pela lei (SANTOS, 1979). Essa limitação de acesso à arena política marca desigualdades sociais muito claras e legitimadas pelo Estado.

A Constituição de 1988 – conhecida também como Constituição Cidadã – abrirá precedentes para um debate mais amplo de cidadania, uma vez que incorporou os/as cidadãos/ãs na formulação de suas políticas. Presente nos *princípios fundamentais* da Constituição Federal, art. 1º, inciso II¹⁴, a *cidadania* passa a ser compreendida como possibilidade integrativa no processo de poder, envolvendo mais núcleos sociais e não apenas nos processos eleitorais do país.

¹³ Os conceitos de *patrimonialismo*, *paternalismo* (assim como: *coronelismo*, *clientelismo*, *mandonismo*, etc.) fazem parte da chamada *cultura política* brasileira, que expressa a sua elasticidade conceitual quando se observa práticas, normas, crenças de um espaço social que desemboca em fenômenos políticos no decorrer da história do país. Esses *-ismos*, nascem, principalmente, de análises políticas sobre a Primeira República e reverberam na construção historiográfica brasileira até os dias de hoje.

¹⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 de abr. de 2022.

Compreendemos, com isso, que a construção de uma *sociedade cidadã*¹⁵, envolve uma relação muito mais complexa entre a sociedade e o Estado, levando para outros espaços a legitimidade do fazer político. Nas palavras de Patrick Charaudeau:

[A sociedade cidadã] reúne indivíduos que têm consciência de um papel a desempenhar na organização política da vida social. Ela existe de maneira orgânica, seja por atribuição institucional, quando é chamada a votar, seja por decisão própria, quando transforma o espaço público em espaço de discussão que, por causa disso, influencia os governantes via mídias, seja ainda quando ela se organiza em força de contrapoder e age no próprio espaço do poder de governança. Ela constitui, então, comunidade de “viver junto” em nome de um projeto de sociedade. (CHARAUDEAU, 2013, p. 60. Adendo nosso);

É importante levantar esses pontos para, de fato, adentrar no nosso recorte temporal, entre 2013 e 2018. Com a pretensão de ser apenas notas iniciais sobre a complexidade dos eventos selecionados, buscaremos questionar o que esses elementos, conceitos e significados manifestam sobre vida política brasileira recente, buscando perceber o que esses acontecimentos dizem sobre a saúde democrática do país, que se estende desde a possibilidade da existência de oposição pública, até a ampliação da cidadania política para os indivíduos. Para melhor sistematizar as informações, vamos pensar o nosso recorte em dois momentos: de 2013 até o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016; e pós-impeachment até as eleições de 2018.

As *Jornadas de Junho*, nome dado ao desencadeamento das manifestações públicas no início de junho de 2013, representam um momento chave para se pensar o desenrolar dos eventos sociais e políticos que terão como resultado – em curto prazo – o impeachment da então presidenta. A princípio, as pautas desse movimento cresceram em resposta aos reajustes no preço das passagens do transporte público¹⁶, com manifestações organizadas por movimentos estudantis, em alguns estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Essas ações, de resistência pacífica, sofreram forte repressão policial e, midiaticamente, não foram legitimadas pelos grandes veículos de comunicação; elas ainda não tinham cor ou bandeiras, representando a articulação social contra aumentos abusivos e falta de investimento nos setores públicos.

A consequência da forte repressão policial foi o crescimento da mobilização social. Ela se deu principalmente através de redes sociais como *Twitter* e *Facebook*; nesses espaços,

¹⁵ Termo usado por Patrick Charaudeau ao tratar sobre a instância cidadã, no seu livro *Discurso Político*, 2013.

¹⁶ Em 2013, o reajuste do preço das passagens de ônibus aconteceu em Aracaju, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória, em períodos semelhantes. No RJ, por exemplo, o aumento foi de 7,2%, passando de R\$ 2,75 para R\$ 2,95; em SP, passou de R\$ 3 para R\$ 3,20; em JP, passou de R\$ 2,20 para R\$ 2,30. Matéria completa em <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/onze-capitais-brasileiras-tem-reajuste-na-tarifa-de-onibus-em-2013-veja-lista.html>. Acessado em 19 de mai. de 2022.

mídias ativistas fizeram convocações para participação dos atos públicos¹⁷, além de coberturas independentes¹⁸ dessas manifestações, que passaram a acontecer em diversos estados. Concomitantemente à ampliação dos espaços de reivindicação, as pautas levantadas também se diversificaram – agora com gritos de “não é só pelos 20 centavos” e destacando os gastos públicos com os eventos da Copa do Mundo e Olimpíadas¹⁹ –, bem como a ação dos manifestantes. Grupos militantes *Black Bloc*²⁰, responderam à violência policial com ataques a prédios públicos e empresas privadas; essas ações passaram a ser o foco da grande mídia que noticiava as manifestações até então.

A intensa divulgação de conteúdos produzidos durante os atos públicos nas redes sociais, buscava afastar a imagem violenta dos manifestantes, mostrando mobilizações organizadas em diferentes estados e municípios, além da violência policial sofrida pelos indivíduos. Foi postado um vídeo, durante uma manifestação na Rua da Consolação, São Paulo, em que o próprio PM danificava o vidro da viatura²¹. A grande circulação de informações como essa, corroborou para mudanças na abordagem de cobertura dos meios de comunicação em massa.

Ainda no final de junho e começo de julho, as reivindicações contra o aumento das tarifas dos transportes públicos surtiram efeito, pelo menos 104 cidades, de 17 estados²², revogaram o aumento, mas as mudanças começaram, também, nos espaços de organização das mobilizações. Antes, concentrada em sindicatos, movimentos sociais e estudantis, poderes paralelos chamavam o povo para a rua, levantando pautas mais centradas na oposição ao governo da ex-presidenta Dilma Rousseff e ao Partido dos Trabalhadores (PT), misturando-se a outras reivindicações em relação aos gastos com os megaeventos e secundarização dos investimentos na educação, saúde, etc. *Hashtags* como “o gigante acordou” e “vem pra rua”,

¹⁷ O Movimento Passe Livre (MPL), foi um dos grupos responsáveis pela divulgação e expansão das convocações de manifestações em 2013, principalmente no estado de São Paulo. O Movimento foi fundado em 2005, em Porto Alegre, e defende a tarifa zero nos transportes coletivos.

¹⁸ Um dos veículos de comunicação independente que ganhou mais força durante o período foi o Mídia NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. Saber mais em <https://midianinja.org/> Acessado em 19 de mai. De 2022.

¹⁹ Vale lembrar que a Copa do Mundo FIFA 2014, ocorreu no Brasil, assim como, em 2016, o evento dos Jogos Olímpicos de Verão. As estimativas foram de gastos de R\$ 25,5 bilhões com a Copa do Mundo e R\$ 39 bilhões com a Olimpíada e a maior parte desses recursos vieram do setor público, como indicou o Prof. Dr. Márcio Issao Nakane, do Departamento de Economia da FEAUSP.

²⁰ Termo que surgiu para se referir aos manifestantes alemães, em 1980, que saíram vestidos de preto e com rosto coberto por máscaras ou capacetes, para enfrentar a repressão policial, durante protestos antinuclear.

²¹ Matéria completa em <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/pm-apura-video-que-mostra-policial-quebrando-vidro-de-viatura.html> Acessado em 04 de abr. de 2022.

²² Matéria completa em <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/07/veja-em-quais-cidades-houve-reducao-da-tarifa-do-transporte-em-2013.html> Acessado em 04 de abr. de 2022.

marcaram momentos de protesto político que começaram a ganhar bandeiras e cores – verde e amarelo.

As críticas ao governo Rousseff continuaram crescendo e ganhando novos elementos, entre 2014 e 2016. As ações da Operação Lava Jato²³, a partir de março de 2014; a criação do Movimento Vem Pra Rua²⁴ e do Movimento Brasil Livre²⁵, já no último semestre do mesmo ano; os ajustes fiscais no começo de 2015, mobilizaram uma parcela da população a continuar ocupando as ruas levantando bandeiras contra a ex-presidenta e pressionando as fronteiras institucionais do país. Algumas pautas dos protestos a partir daí, foram: o impeachment da presidenta Dilma, a defesa da volta da Ditadura Militar; antipetismo, anticorrupção, moral e ordem²⁶. Protestos esses, televisionados diariamente pelos grandes canais midiáticos.

Vale apresentar aqui as observações feitas pela pesquisadora Luciana Tatagiba, que utiliza a expressão “protestos à direita²⁷”, referindo-se

a eventos coletivos e públicos que foram convocados por organizações que se afirmam de direita e/ou conservadoras e que encontram nessas redes as bases infraestruturais para o protesto. Sua localização à direita resulta, portanto, de uma posição relacional contra a esquerda, no âmbito estrito dessa metáfora espacial. (TATAGIBA, 2018, p. 93).

Ela aborda, com isso, a discussão que diferencia *protestos* e *movimentos sociais*, indicando que protestos podem ser definidos “*como uma ocasião na qual pessoas se juntam para fazer demandas – por bens materiais ou valores – que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas de fora do seu grupo*” (TATAGIBA, 2018, p. 91), diferente de movimentos sociais que ultrapassam a demanda ou repertório da ação, baseando-se em uma identidade compartilhada entre indivíduos plurais.

Um levantamento feito pela autora, nessa mesma pesquisa, demonstra que a porcentagem anual de protestos considerados à direita, em 2013, representa 18,2%; em 2014, 7,0%; em 2015, sobe para 28,7%; e em 2016, chega a 30,1%²⁸. Esse aumento cresce sob a pauta “Fora CorruPTos”, defendida durante todo o processo do impeachment da ex-presidenta Dilma.

²³ A Operação Lava Jato foi uma operação coordenada pela 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba e o Ministério Público, que investigou e revelou um esquema de corrupção da Petrobras, a partir de março de 2014. Porém, como afirma o cientista político, Leonardo Avritzer, *ela sofreu forte politização já ao longo do segundo turno das eleições de 2014* (AVRITZER, 2018, p. 38).

²⁴ Saber mais em <https://www.vempraruua.net/> Acessado em 19 de mai. de 2022.

²⁵ Saber mais em <https://mbl.org.br> Acessado em 19 de mai. de 2022.

²⁶ Nesse cenário, palavras de ordem como: *Intervenção Militar*, *Volta Militares*, *Fora Dilma*, *Fora PT*, *Fora o Comunismo*, *Vai pra Cuba*, etc., farão parte dos protestos de rua.

²⁷ A autora apresenta que os *protestos de direita* se espalham por todos os estados brasileiros, devido à campanha a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma e destaca cinco principais cidades: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte. O que chama atenção é que esses protestos alcançaram uma proporção semelhante a mobilizações anteriores como das *Diretas Já* e do *Fora Collor* (TATAGIBA, 2018, p. 100).

²⁸ *Ibid.*, p. 99. Fonte: Nepac/Cemarx.

Apesar da incapacidade da nossa pesquisa responder à complexidade desses dados – que envolvem temas como comportamento eleitoral e afetos políticos, muito anteriores ao nosso recorte –, podemos refletir sobre os paradoxos construídos sob crises de representação política, especialmente em democracias construídas sobre bases autoritárias, tornando ainda mais tênue os limites do legítimo e legal.

Em 02 de dezembro de 2015, o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi aberto, após aprovação do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. No mesmo momento, Cunha estava sendo investigado pela Lava Jato, sendo suspeito de ter contas secretas na Suíça, com dinheiro de propina. Palavras de ordem se misturaram nas sessões da Câmara, algumas exigindo a renúncia de Cunha²⁹ e contra o processo de impeachment – *Fora Cunha* e *Não ao golpe* –, outras a favor – *Fora Dilma*.

Com a abertura do processo de impeachment no Senado, o então vice-presidente Michel Temer, assumiu a presidência em maio de 2016. No dia 31 de agosto de 2016, o mandato da presidenta foi cassado, sob alegação de crime de responsabilidade pela prática de “pedaladas fiscais” e pela edição de decretos de abertura de crédito sem autorização do Congresso³⁰. No mesmo mês, Temer assumiu oficialmente o cargo, durante uma cerimônia no Congresso Nacional. Em outubro de 2016, Cunha foi preso preventivamente pela Operação Lava Jato, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O então governo Temer, passou a ser criticado por diferentes espectros políticos até o fim do seu mandato, em 2018. Os que não defendiam o golpe já expressavam a insatisfação exigindo “Fora Temer”, movimento que cresceu com as medidas controversas, sem debates ampliados com a sociedade, adotadas em seu mandato, como a aprovação da PEC 55, que congela os gastos do governo por 20 anos; com as reformas do Ensino Médio, da Previdência, etc. Mas é curioso que, ainda em dezembro de 2016, o “Fora Temer” também foi manifestado por grupos a favor do impeachment, quando um pacote que dificultava a ação de juízes da Lava Jato foi aprovado na Câmara de Deputados. O partido de Michel Temer, na época ainda PMDB, era um dos principais investigados na Operação.

²⁹ Uma outra movimentação popular que estava acontecendo contra Eduardo Cunha, foi a respeito da PL 5069. O Projeto de Lei havia sido apresentado pelo então deputado, em 2013, e tinha como objetivo alterar o artigo 127 do Código Penal, transformando em crime qualificado o “anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto”. Assim, em defesa dos seus direitos, mulheres protestam e exclamam *Fora Cunha*, em 2015, momento em que o Projeto passou para votação na Câmara de Deputados.

³⁰ Fonte: Agência Senado, 2016.

As eleições de 2018 aconteceram nesse clima efervescente contra a corrupção e o PT, acompanhando as operações da Lava Jato e defendendo a figura jurídica de Sérgio Moro³¹. Já em abril de 2018, o ex-presidente Lula foi preso; sendo um dos principais candidatos à presidência, porém, com a perda dos seus direitos políticos, Lula se tornou inelegível. Esse momento dividiu as ruas e, como veremos no capítulo a seguir, os muros. Defesas e condenações sobre a figura do ex-presidente ocuparam as ruas durante o próprio processo eleitoral. Essas manifestações cresceram em paralelo à construção da imagem do principal personagem da oposição, Jair Bolsonaro (PSL), que será eleito em outubro.

Forjou-se, durante todo esse processo, uma *polarização*, em que os espaços de discussão política encarnam a dualidade narrativa dos eventos citados. As redes sociais contribuíram para esse movimento, criando um espaço em que era muito simples se posicionar: seja *contra* ou *a favor* dos cenários impostos pela vida política. A escolha de traçar paralelos entre esses eventos, deixando a narrativa aparentemente solta, busca expressar, justamente, as contradições presentes durante o próprio período de legitimação das ações políticas pelos/as cidadãos/ãs que compõem o difuso núcleo social do Brasil. Como veremos a seguir, essa mesma narrativa pode ser vista nos muros *pixados* em espaços urbanos, indicando em alguns momentos as controversas vistas anteriormente.

³¹ Nesse momento, Sérgio Moro assumiu a personagem de *justiceiro* contra a corrupção, personificando o judiciário que, em democracias saudáveis, permanece dentro das suas fronteiras institucionais. Vale lembrar que recentemente, em 2021, as ações do juiz em relação ao processo de investigação e condenação do ex-presidente Lula foram consideradas parciais pelo STF, com 7 votos a 2, durante o plenário.

3. NARRATIVAS RECENTES DOS MUROS URBANOS

As expressões políticas da sociedade civil em relação ao funcionamento governamental ultrapassam o dia das eleições. As manifestações nos cercam cotidianamente e fazem parte do jogo democrático, uma vez que a democracia existe dentro de tensões e conflitos que ampliam a sua funcionalidade no campo social. A representação política não é mais entendida como uma entrega total de funções e decisões que afetam o coletivo, ela é uma construção que exige um papel ativo de todos os núcleos de poder – sociedade civil, políticos, instituições, etc.

Como visto no capítulo anterior, há uma dificuldade latente em compreender o espaço e intenções dessas expressões políticas no país, tendo em vista a influência dos setores privados e das pautas individuais no processo de construção da legitimidade política dos poderes em vigência. Isso dificulta, também, uma compreensão mais ampla da relação entre os agentes políticos e sociais, mais especificamente no que diz respeito à relação de confiança no funcionamento das instituições. Essa dificuldade não é apenas do Brasil, mas dos países da América Latina como um todo, tendo em vista a instabilidade democrática estabelecida a partir de práticas políticas com alto grau de desequilíbrios entre os poderes.

É possível perceber os níveis de insatisfação política e desconfiança institucional para além do período eleitoral. Isso quando a experiência democrática do país abrange a organização institucionalizada – ou não – de grupos sociais na participação da vida pública. Desse modo,

a avaliação negativa do desempenho das instituições representativas parece apontar que o questionamento em relação à legitimidade dos representantes não se revela apenas do seu sentido formal, no que diz respeito aos índices de comparecimento eleitoral ou mecanismos de prestação de contas, mas também no substantivo - relativo ao atendimento dos interesses e demandas dos cidadãos. (ALMEIDA, 2015, p. 34).

As reflexões desse trabalho surgiram, em princípio, de uma observação mais direta das expressões políticas dentro dos espaços urbanos, das expressões dos interesses e demandas dos/as cidadãos/ãs através de palavras de ordem não só expostas durante momentos de protesto, mas registradas nos muros da cidade através das *inscrições políticas*³². Os gritos

³² Um trabalho fundamental para compreender o conceito mais adequado para a proposta de análise deste trabalho foi a tese de doutorado do pesquisador Thiago Moreira Corrêa, *Inscrições urbanas: abordagem semiótica*, pela Universidade de São Paulo e orientado por Antônio Vicente Seraphim Pietroforte, em 2016. Na sua pesquisa, Corrêa analisa a diversidade e complexidade das inscrições urbanas, tendo como uma das suas modalidades as *inscrições políticas*. Como explica o autor, as *inscrições políticas*, possuem uma tipografia simples e utilizam os muros como suporte, o foco da elaboração é o seu conteúdo, que busca informar e engajar o enunciário (CORRÊA, 2016, p. 100).

ouvidos nas ruas, entre 2013 e 2018, – *Não ao golpe, Fora Cunha, Fora Temer, Lula Ladrão, Ele Não* – também foram marcados, de diversas maneiras, no espaço urbano e foi através da coleta desses registros que passamos a pensar os conceitos trabalhados até então.

As fotografias, focadas nos conflitos políticos vividos no Brasil no recorte já estabelecido, foram tiradas a partir de 2019, na cidade de João Pessoa – PB, sendo contínuo o processo de seleção e articulação para a escrita do trabalho. Os critérios para os registros foram: (1) muros *pixados* com palavras de ordem; (2) essas palavras deveriam expressar rupturas, conflitos, descontentamento, com o cenário político vigente; (3) mesmo desgastado pelo tempo e rasurado, o texto deveria ser legível e claro. Com isso, selecionamos 8 fotos – 6 delas foram tiradas na Universidade Federal da Paraíba ou proximidades e as outras 2 em avenidas da cidade – que narram o contexto visto no capítulo anterior, buscando perceber como até nessa análise específica, os paradoxos da representação aparecem nas camadas dos muros.

Não nos interessa estabelecer um debate sobre a legalidade da ação, apenas constatar a sua existência como parte do cenário de conflito e de disputa de poder. Ao perceber essas experiências políticas do tempo presente, a própria percepção do sujeito representado pode ser questionada, uma vez que as palavras de ordem atravessam a paisagem urbana e se diluem em um cotidiano corrido, habituado ao que lhe cerca.

A primeira foto, *NÃO AO GOLPE!*, é a que apresenta mais ação do tempo, por se tratar de eventos entre 2015 e 2016, com o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, a tinta e o muro já estão desgastados no momento da foto, em 2019. Apesar disso, foi importante selecionar esse registro, porque não foi possível encontrar muitas inscrições sobre esse período em questão. Vale ressaltar que os muros sofrem alterações recorrentes, seja por questões naturais, como chuva, sol, seja por interferências mais diretas como pinturas e reformas. Veremos mais adiante como temas mais relacionados com as eleições e com a prisão do ex-presidente Lula serão mais presentes na paisagem urbana.

A interjeição *não ao golpe* representa uma opinião a favor do governo Rousseff, considerando o processo de impeachment um *golpe de estado*, ou seja, uma ação dos próprios órgãos do Estado contra a realidade legal daquele momento. Esse ato, legitimado por uma parcela da população – como visto no capítulo anterior com os *protestos à direita* – é tido pelos apoiadores do governo como um ato político, que inviabiliza a ordem constitucional legítima do Estado. O *legal* e o *legítimo* – elementos fundamentais para se pensar um Estado de Direito – fazem parte, também, do processo de representação governamental, uma vez que

compreende a participação de núcleos políticos e sociais – quase de maneira complementar – nos espaços decisórios.



Não ao golpe!

Data: 24/01/2019 | Local: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

Fonte: arquivo pessoal da autora

A segunda inscrição política, *FORA CUNHA*, encontra-se com uma cor de destaque no muro, mas já foi sobreposta por outros elementos e está ao redor de outras informações. Apesar de não ter sido diretamente apagada, a mensagem se camufla e também indica já estar presente naquele espaço há algum tempo. Assim como na foto anterior, as palavras de ordem estão em caixa alta, opção feita quando se deseja destacar algo importante. Durante a comunicação textual, o uso da caixa alta indica a ação de estar gritando ou falando alto. No caso do processo de escrita da inscrição política, a escolha das letras maiúsculas é, também, prática, sendo mais fácil atingir os objetivos de legibilidade e velocidade na ação.

Ao contrário da inscrição anterior, que expressa uma opinião bem localizada do evento político citado, os gritos de *Fora Cunha* vão acontecer em espaços de protestos com diferentes pautas – movimento de mulheres, pró-governo Rousseff, pró-Lava Jato. Podemos apenas levar em consideração a localização da inscrição – a Universidade Federal da Paraíba – e a predominância desses atos, tidos socialmente e culturalmente como transgressores, em defesa de pautas mais progressistas, relacionadas a desigualdades sociais e defesa das instituições democráticas³³. Como veremos a seguir, a narrativa de alguns muros contradiz

³³ O Maio de 68, em Paris, é considerado um marco inicial de análise do que se configura a modalidade de *inscrição política* dentro da grande categoria de *inscrições urbanas*. Elas expressaram nesse período a renovação de valores e defesa de direitos, ou seja, expressam ruptura em relação a uma ordem já estabelecida (CORRÊA, 2016). Durante o processo de coleta das fotografias aqui apresentadas, inscrições com demandas e denúncias sociais também apareceram em grande número, como: *morreu porque era mulher*; *-juros +educação*; *chega de violência PB*; *a carne mais barata no mercado é a minha carne negra*, etc.

essa generalização, tornando ainda mais complexa a análise, no caso do Brasil, do processo de expressão da sociedade civil no espaço urbano.



Fora Cunha

Data: 24/01/2019 | Local: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

Fonte: arquivo pessoal da autora

A próxima foto, *MR. FORA TEMER*, está em um muro que já apresenta sobreposições temporais, tendo em vista que o *Fora Temer* foi presente durante 2016 e 2017 e, no muro, encontramos resquícios de *lambe-lambe*³⁴ sobre o processo eleitoral de 2018, com fotos do ex-presidente Lula e de Jair Bolsonaro. É interessante lembrar que o uso do “Mr.” na inscrição, refere-se à *fake news* criada em 2016, quando o ex-presidente Michel Temer vai à China e se encontrar com um empresário chinês que o teria chamado de Mr. Fora Temer. Como não observamos a presença dessa intervenção no momento em que foi feita, não é possível definir a velocidade da qual essa informação foi inscrita, mas uma das características desse tipo de expressão pública, é justamente a velocidade entre o acontecimento e o seu registro público.

Essa velocidade também está diretamente conectada com a facilidade e instantaneidade que as informações e opiniões se manifestam nas redes sociais. Como visto no capítulo anterior, em relação a organização de mobilizações públicas a partir das redes sociais, em 2013, o espaço virtual se tornou central para atos de protesto. Ainda nas manifestações de 2013, incentivava-se que quem não conseguisse ir para a rua, protestasse nas redes através do uso de *hashtags* sobre o movimento. Esses novos fatores influenciam na vida

³⁴ *Lambe-lambe* é um tipo de pôster, de fácil reprodutibilidade e aplicação, muito usado em intervenções artísticas urbanas. A técnica começou a surgir no século XIX, com as impressões em massa, como uma maneira de propaganda política e de produtos.

política da nação, nas novas possibilidades de relacionamento entre sociedade e Estado, representante e representando.



Fora Temer

Data: 24/01/2019 | Local: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
Fonte: arquivo pessoal da autora

Nas duas fotos a seguir, um fenômeno interessante acontece: as inscrições são rasuradas e respondidas com ideias diferentes da inscrição inicial. Até o momento, apesar de ser possível ouvir as mesmas palavras de ordem: *Fora Cunha* e *Fora Temer* em protestos de diferentes espectros políticos – com intensidade e defesas diferentes –, é possível assimilar uma informação clara e bem direcionada das inscrições políticas apresentadas. O mesmo não acontece quando uma aparente dualidade e polarização de opiniões ocupam o mesmo espaço no muro.

A primeira foto, refere-se à prisão do ex-presidente Lula, em que a afirmação *LULA INOCENTE* é sobreposta por *LADRÃO SAFADO*, fazendo referência às acusações sofridas pelo ex-presidente durante as investigações da Lava Jato. A defesa feita no muro foi respondida com uma ideia oposta, marcando a complexidade das opiniões expressas pelo corpo civil. Na segunda, foto encontramos a mesma situação de intervenção, mas o texto ao invés de sobreposto foi rasurado. O que antes informava *ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE!!!*, passa a informar *ELEIÇÃO É FRAUDE!!!*.



Lula inocente | Ladrão safado
 Data: 25/01/2019 | Local: Av. Hilton Souto Maior, João Pessoa
 Fonte: arquivo pessoal da autora



Eleição sem Lula é fraude!!! | Eleição é fraude!!!
 Data: 24/01/2019 | Local: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
 Fonte: arquivo pessoal da autora

A afirmação *eleição é fraude*, retoma a discussão do começo do capítulo, em relação à desconfiança institucional dos/as cidadãos/ãs. O cientista político José Álvaro Moisés, discute como a confiança institucional constrói uma condição de legitimidade da comunidade política, questão fundamental para o funcionamento democrático. Isso inclui, porém, elementos mais complexos e subjetivos como a orientação afetiva dos indivíduos no processo de participação da vida pública, influenciando desde o processo de escolha dos/as governantes no período eleitoral, até nas possibilidades de associação em espaços de deliberação política não necessariamente institucionalizados (MOISÉS, 2005).

Em complemento, Almeida sintetiza:

(...) a desconfiança e a insatisfação geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia. Além disso, os cidadãos desconfiados e, ao mesmo tempo, insatisfeitos com o funcionamento da democracia são aqueles que, colocados diante de alternativas anti-institucionais, preferem um regime democrático para o qual os partidos políticos e o parlamento têm pouca ou nenhuma importância. (ALMEIDA, 2015, p. 36).

A sexta foto, registra o que mais encontramos durante a coleta em 2019. O movimento *Ele Não*, surgiu em setembro de 2018, com a página do Facebook *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*³⁵, que reuniu manifestações não institucionalizadas contra o então candidato à presidência. A *hashtag* “#elenão” circulou por todas redes sociais até mesmo após o período eleitoral, com a vitória do candidato. As palavras de ordem estamparam camisetas e bandeiras, assim como marcaram diversos muros. Vale ressaltar que o candidato, durante as pesquisas de intenção de voto, apresentou altos índices de rejeição entre as mulheres. Na pesquisa Ibope³⁶, do dia 01 de outubro de 2018, feita com 3.010 eleitores, em 208 municípios, 51% das mulheres responderam que “não votariam de jeito nenhum” em Bolsonaro. Na foto, em paralelo ao *ELE NÃO*, temos a inscrição *LULA PRESIDENTE!*.

Apesar de não ter sido explicitamente tratado neste trabalho até então, esses movimentos de reivindicação e expressão pública estão diretamente conectados com a construção de *representatividade* na política e nos espaços de poder da sociedade. A busca por representatividade passa, então, não apenas pelo processo de escolha dos/as representantes, mas pela criação de espaços de livre associação dos/as cidadãos/ãs. É na estruturação desses espaços que podemos interligar a representatividade às práticas de uma representação democrática, que deve garantir essas possibilidades de associação e expressão social.

³⁵ Saber mais em <https://www.facebook.com/mulheresunidascontrabolsonaro/> Acessado em 19 de mai. de 2022.

³⁶ Matéria completa em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/02/pesquisa-ibope-de-1o-de-outubro-para-presidente-rejeicao-por-sexo-idade-escolaridade-renda-religiao-raca-e-regiao.ghtml> Acessado em 20 de abr. de 2022.



Ele não | Lula presidente!
Data: 24/01/2019 | Local: Água Fria, João Pessoa
Fonte: arquivo pessoal da autora

Por fim, destacamos mais duas fotos com *Ele Não*, mas acompanhadas de outras informações: a primeira, *NÃO AO FASCISMO | #ELENÃO*; e a segunda, *ELE NÃO* juntamente com uma suástica nazista. Esses outros elementos conseguem indicar mais profundamente opiniões sobre o candidato Jair Bolsonaro, caracterizando-o como um representante do fascismo. Apesar de exigir mais contextualização histórica para compreender o que significa fascismo ou um governo nazista – no caso da segunda foto –, a construção de um imaginário comum sobre esses conceitos já consegue acessar vários públicos que enxergam essa inscrição em seus trajetos.



Não ao fascismo | Ele não
Data: 24/01/2019 | Local: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
Fonte: arquivo pessoal da autor



Ele não

Data: 29/01/2019 | Local: Av. Presidente Epitácio Pessoa, João Pessoa
 Fonte: arquivo pessoal da autora

Em análises modernas sobre representação, o pacto representativo tem como consequência o espelhamento dos representados no representante escolhido, movimento que pode gerar ausências nos processos de representação e, com isso, expressões de insatisfação e revolta. É interessante observar que os espaços *pixados* também parecem gerar e informar ausências, tanto do que foi registrado como insatisfação ou demanda, quanto do sujeito responsável pelo registro nas margens do muro, no seu espaço político.

No momento em que este trabalho está sendo escrito, a maior parte dos muros com as inscrições selecionadas já foram reformados ou pintados. A transitoriedade e efemeridade do registro fazem parte da função da mensagem. Os impactos dos eventos políticos continuam presentes e serão sistematizados, analisados e entendidos ainda por várias ciências, assim como novas inscrições políticas continuarão surgindo nos espaços urbanos, em paralelo aos novos acontecimentos. Pensamos aqui o campo político não apenas como um espaço simbólico de disputa de poder, mas também concreto e presente no concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história contada aqui abre margem para muitos debates e análises, mas, mesmo que de forma introdutória, compreendemos a representação política *como processo* e parte fundamental da construção dos núcleos de poder da sociedade. Como qualquer conceito, os seus limites e transbordamentos são percebidos apenas quando situados em um recorte, demonstrando, com isso, as incoerências e paradoxos dos objetos estudados e, certamente, do próprio conceito. Pensar política brasileira, do seu processo de representação até a sua construção democrática não é um trabalho fácil, mas é nesse exercício de reflexão que elaboramos novas questionamentos sobre o nosso tempo.

Neste trabalho, refletimos sobre os conceitos de representação política e democracia representativa, resgatando o pensamento político moderno, para chegar nos debates dessa temática no contexto brasileiro. Percebemos a impossibilidade de desassociar esse debate teórico ao processo de participação política, destacando que, apesar dos limites demonstrados pela experiência democrática brasileira, podemos pensar, principalmente pós-Constituição de 1988, na relação sociedade e Estado com margens maiores para uma participação política independente dos espaços institucionalizados.

Através dos eventos políticos recentes do país, percebemos como as bases autoritárias das quais as práticas políticas se desenvolvem criaram um espaço de conflito para construção e defesa dos próprios interesses do corpo civil. Como explicado, o trabalho com acontecimentos que ainda estão sendo assimilados exige uma atenção ainda maior, tendo em vista que as consequências e impactos dos fenômenos ainda serão absorvidos socialmente, seja através da construção de novas mentalidades ou reprodução dos mesmos padrões de comportamento.

Por fim, vimos a narrativa dos eventos recentes da história do país através dos muros dos espaços urbanos, demonstrando como o questionamento das estruturas políticas e sociais impostas pode partir, também, da tinta que registra as palavras de ordem da sociedade civil. A coleta dessas informações pode promover desdobramentos muito interessantes para a pesquisa, principalmente porque se trata de uma fonte que está sempre sendo atualizada, permitindo reflexões não apenas sobre o que aparece registrado nos muros, mas *como* aparece e até *quando*.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Debora R. de. *O conceito de representação política no Brasil: quatro momentos de continuidades e inovações*. In: ENCONTRO ABCP, 8, 2012, Gramado.
- ALMEIDA, Debora R. de. *Representação além das eleições: repensando as fronteiras entre Estado e sociedade*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- ALMEIDA, Debora R. de. Representação como processo: a relação Estado/sociedade na teoria política contemporânea. *Revista de Sociologia e Política*. v.22, n. 50, pp. 175-199, 2014b.
- AVRITZER, Leonardo. Operação Lava Jato, judiciário e degradação institucional. In: KERCHE, Fábio; FERES JUNIOR, João. *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018, pp. 37-52.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Dados – *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, pp. 443- 464, 2007.
- BACELAR, J. Notas sobre a mais velha arte do mundo. In.: CORREIA, J. C.; FIDALGO, A.; SERRA, J. P. (Org.). *Informação e comunicação online* (Vol. III): mundo online da vida e da cidadania. Covilha, Portugal: Universidade da Beira Interior, pp. 81-94, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C, Varriale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1 ed., 1998.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 27, pp. 263-288, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 163-206, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2013.
- CORRÊA, Thiago Moreira. *Inscrições urbanas: abordagem semiótica*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- CORVAL, Paulo Roberto dos Santos. Democracia representativa: revisitando John Stuart Mill. *Revista de informação legislativa*, v. 52, n. 206, pp. 245-270, abr./jun. 2015.
- COSTA, L. *Grafite e pixação: institucionalização e transgressão na cena contemporânea*. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 3, – IFCH/Unicamp, 2007, São Pulo.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves Delgado; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do Tempo Presente e Ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, pp. 19-34, 2013.

GALLEGO, Esther Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República Brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro. Editora IUPERJ, 2009.

LIMONGI, Fernando. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, pp. 37-69, 2012.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre a História do Tempo Presente: uma História do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira, et al organizadores. *Coleção história do tempo presente: volume 1*. Boa Vista: Editora da UFRR, pp. 11-26, 2019.

MATTO, Delmo; UBALDO, Beatriz. Hobbes, Pitkin e a representação política. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 9. n. 4, pp. 125-141, 2018.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, Campinas, v. XI, n. 1, pp. 33-63, março 2005.

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e ideias. *Revista Lua Nova*, São Paulo: n. 67, pp. 15-47, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social: princípios do direito político*. 2 ed. São Paulo: EDIPIRO, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2015.

SCHWARTZMAN, S. *Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea*. 2006, 8 págs. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/patrimonialismo06.pdf>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

SILVA, Eduarda Santos. Vontade Geral, Soberania e Liberdade Política em Rousseau: algumas problematizações. *Problemata: R. Intern. Fil.* v. 11. n. 5, pp. 256-271, 2020.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

TATABIGA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). In: ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018, pp. 87-116.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 67, pp. 191-268, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Desafios ativistas à democracia deliberativa. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.13. Brasília, pp. 187-212, janeiro - abril de 2014.

APÊNDICE

Material elaborado para impressão ou leitura digital, com o objetivo de transformar as fotografias deste trabalho em um projeto gráfico possível de acessar outros espaços, ampliando as possibilidades de debate da temática.



MILLENA LUZIA CARVALHO DO CARMO

OS MUROS DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso
Orientador: Martinho Guedes dos Santos Neto
UFPB | 2022



APRESENTAÇÃO

Este trabalho nasceu em uma oficina da disciplina de Metodologia da História I, em 2018-2019. Nesse período, estava imersa em leituras sobre política brasileira, teorias da democracia, fundamentos do pensamento político e, na necessidade de escolher um tema para o trabalho final da disciplina, surgiu a ideia embrião do que agora, em 2022, é o meu TCC.

Lembro do título que dei à proposta inicial: *o processo de desencantamento político através da arte urbana*. Ainda não sabia direito o que queria dizer com isso, os possíveis desdobramentos e, muito menos, os recortes que precisaria fazer para tornar a análise possível. Mesmo assim, no começo de 2019, caminhei pela UFPB, pela cidade de João Pessoa, com a câmera do meu celular, fotografando o que sempre capturou a minha atenção: as inscrições políticas registradas nos muros.

O trabalho de coleta – que configura o processo de crescimento e amadurecimento do antes embrião –,

mostrou uma narrativa dos eventos políticos do país entre 2013-2018, mostrou demandas e respostas, muros com direito à réplica e às vezes até tréplica.

Foram mais de 50 fotografias de inscrições, mas, a seguir, destaco apenas 8 que me ajudam a desenvolver a proposta teórica do meu trabalho final da graduação de História. Agora, penso *os muros da representação política brasileira* através dessas imagens e de conceitos-chave como *representação*, *democracia representativa*, *participação política*.

Muita coisa mudou ao longo desses anos maturando o trabalho. Esses muros *pixados* já foram pintados algumas vezes, já foram suporte para outros gritos, já foram vistos e ignorados por muitos sujeitos. A rua, organismo vivo, documenta, sem muita cerimônia, o *agora* e esse presente contém muitas camadas, tal qual esses muros.

Millena Carvalho



📍 Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
📅 24 de jan. de 2019
🏷️ Não ao golpe!

Apesar de apresentar forte ação do tempo, essa inscrição é um importante registro que se refere ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, entre 2015–2016. Parte da sociedade civil, crítica ao relatório de acusação que conduziu toda a ação contra o governo Rousseff, manifestou-se contra o impeachment, afirmando ser uma ação política, sem sustentação legal, portanto, um golpe.



📍 Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
 📅 24 de jan. de 2019
 📷 Fora Cunha

O processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff é aberto em dezembro de 2015, após aprovação do presidente da Câmara, Eduardo Cunha. No mesmo momento, Cunha estava sendo investigado pela Lava Jato, como suspeito de ter contas secretas na Suíça, com dinheiro de propina. Além disso, o Projeto de Lei 5069 – que havia sido apresentado pelo então deputado em 2013 –, passa para votação na Câmara de Deputados, levantando manifestações públicas de mulheres contra esse projeto que propunha alterar o artigo 127 do Código Penal, transformando em crime qualificado o *anúncio de meio abortivo ou induzimento ao aborto*. A inscrição encontra-se com uma cor de destaque no muro, mas já foi sobreposta por outros elementos. Embora não tenha sido apagada, a mensagem se camufla e também indica já estar presente naquele espaço há algum tempo. Assim como na foto anterior, o texto está em caixa alta, o uso desse recurso durante a comunicação textual indica a ação de estar gritando ou falando alto. No caso do processo de escrita da inscrição política, a escolha das letras maiúsculas é, também, prática, sendo mais fácil atingir os objetivos de legibilidade e velocidade na ação.



📍 Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

📅 24 de jan. de 2019

🏷️ Mr. Fora Temer

O muro apresenta sobreposições de manifestações políticas de temporalidades diferentes, tendo em vista que o *Fora Temer* esteve presente durante 2016 e 2017 e, no mesmo espaço, encontra-se resquícios de *lambe-lambe* sobre o processo eleitoral de 2018, com fotos do ex-presidente Lula e do candidato Jair Bolsonaro. O uso do “Mr.” na inscrição se refere a *fake news* criada em 2016, quando o ex-presidente Michel Temer vai à China e se encontra com um empresário chinês que o teria cumprimentado como: Mr. Fora Temer. Embora não se saiba o momento exato em que a inscrição foi feita, uma das características desse tipo de expressão pública é justamente a velocidade entre o acontecimento e o seu registro público.



📍 Av. Hilton Souto Maior, João Pessoa
📅 25 de jan. de 2019
📷 Lula inocente | Ladrão safado

A inscrição foi intencionalmente sobreposta, indicando duas opiniões diferentes sobre um mesmo assunto. Ela se refere à prisão do ex-presidente Lula, em que a afirmação *Lula inocente* é sobreposta por *Ladrão safado*, fazendo referência às acusações sofridas pelo ex-presidente durante as investigações da Lava Jato. A defesa feita no muro foi respondida com uma ideia oposta, marcando a complexidade das opiniões expressas pelo corpo civil.



📍 Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa
 📅 24 de jan. de 2019
 📷 Eleição sem Lula é fraude!!! | Eleição é fraude!!!

Nessa inscrição, a mesma situação de intervenção acontece, mas o texto ao invés de sobreposto foi rasurado. O que antes informava *Eleição sem Lula é fraude*, passa a informar *Eleição é fraude*. A acusação *eleição é fraude*, expressa desconfiança intitucional em relação ao processo eleitoral do país, o que pode levantar muitas discussões sobre a condição de legitimidade dos espaços políticos, questão fundamental para o funcionamento democrático.



📍 Água Fria, João Pessoa
📅 24 de jan. de 2019
📷 Ele não | Lula presidente!

O movimento *Ele Não*, surgiu em setembro de 2018, com a página do Facebook *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*, que reuniu manifestações não institucionalizadas contra o então candidato à presidência. A hashtag “#elenão” circulou por todas redes sociais até mesmo após o período eleitoral, com a vitória do candidato. As palavras de ordem estamparam camisas e bandeiras, assim como marcaram diversos muros. Na mesma foto, em paralelo ao *Ele Não*, tem-se a inscrição *Lula presidente*.



📍 Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

📅 24 de jan. de 2019

📷 Não ao fascismo | Ele não

Nessa incrição, o *Ele Não* acompanha o texto central: *não ao fascismo*. A associação da imagem de Jair Bolsonaro ao fascismo, ainda em 2018, cresceu intensamente durante o processo de campanha do candidato, reproduzindo um discurso autoritário, militarista e nacionalista.

Essa incrição, no momento em que este trabalho está sendo produzido, já foi sobreposta por um mural. A transitoriedade e efemeridade do registro fazem parte da função da mensagem, que se multiplica ou se atualiza em outros muros.



📍 Av. Presidente Epitácio Pessoa, João Pessoa

📅 29 de jan. de 2019

📷 Ele não

Mais uma vez, a inscrição *Ele Não* vem acompanhada por outro elemento, nesse caso uma suástica nazista. Apesar de exigir maior contextualização histórica para compreensão do que significa um governo nazista ou fascista – no caso da inscrição interior –, a construção de um imaginário comum sobre esses conceitos já consegue acessar vários públicos que enxergam a mensagem.



